

Ensino confessional, laico ou inter-religioso?

Qual a melhor resposta?

Dora Incontri

Jornalista, pós-doutora em Educação na USP, com o projeto *Ética, filosofia, religião e artes, um projeto interdisciplinar em escola pública*, com apoio da Fapesp.

Alessandro Cesar Bigheto

Pedagogo, mestrando em Educação na Unicamp.

A questão do ensino religioso é uma das mais polêmicas na educação, porque envolve processos históricos traumáticos e, ao mesmo tempo, nos leva a questionamentos relativos ao próprio ato de educar: como conciliar a liberdade de consciência individual, a liberdade de crença e opinião com o direito e o dever de transmitir crenças e valores às novas gerações? Os espaços institucionais, para transmissão de tais crenças e valores são igualmente objeto de debate: a escola pública ou particular, a família ou a Igreja – onde o educando deve aprender valores? Onde deve (e se deve) cultivar a espiritualidade? Na disputa pela tomada dos espaços institucionais e pela possibilidade de formatar as consciências, já se deram muitos embates históricos, às vezes sangrentos, quase sempre intolerantes. Por isso, trata-se de temática delicada, que é preciso abordar com cuidado.

Na educação primitiva, no clã, na tribo e na família, a religião era transmitida naturalmente, como parte da inserção do indivíduo no seu grupo social. Assim se dava entre os povos orientais, chineses e indianos e entre os ocidentais, egípcios, gregos e romanos. Com o advento do cristianismo, no Ocidente, centralizou-se toda educação, predominantemente religiosa, numa instituição poderosa. Durante séculos, a grande promotora da educação foi a Igreja Católica, sem nos esquecermos de que na cultura européia medieval havia, embora reprimidas e combatidas, a educação judaica e a muçulmana.

No caso da Igreja Católica, tratava-se de uma doutrinação completa da consciência individual, que deveria enxergar o mundo e viver nele segundo os dogmas e mandamentos do cristianismo oficial (atitude copiada pela cultura islâmica). Além de não permitir a liberdade do indivíduo assumir outras denominações religiosas, banidas

da cultura monopolizada pela Igreja, ela não permitia tampouco outras formas de cristianismo. No livro *Cristianismo e Paganismo*, Hillgarth (2004) mostra entre os séculos quarto e oitavo, o esforço tantas vezes violento, empreendido pelos católicos não só para apagar o paganismo da história, mas para catequizar os arianos, uma forma de cristianismo que vinha do padre Arius, considerado herético, por não aceitar a divindade de Cristo. A vertente ariana havia conquistado largamente os bárbaros: visigodos, lombardos e muitos outros eram seus partidários, com igreja e culto constituído. A eliminação das diferenças foi obra que começou com Constantino, no Concílio de Nicéia, no século IV, para estender-se a toda a Idade Média.

Essa hegemonia só foi quebrada pela Reforma protestante, que deu justamente novo impulso à educação. Seus líderes recorreram às autoridades locais e nacionais a fim de que contribuíssem para a difusão e manutenção da Reforma por meio da fundação de escolas, da alfabetização do povo, do acesso à cultura. O Estado moderno nasce com forte influência da Reforma, pedindo a intervenção estatal na educação.

No contra-ataque da Igreja, a Contra-Reforma fez planos para retomar o monopólio da educação e também aliou-se ao Estado. No Concílio de Trento, realizado entre 1545 e 1563, foi recomendada às autoridades da Igreja a criação de escolas, a melhoria das existentes em catedrais e mosteiros, a necessidade de ensino secundário em que a instrução fosse gratuita aos clérigos e aos estudantes mais pobres. E ainda foi planejada a criação de associações para o ensino catequista e de instrução religiosa, para conter o crescimento do movimento protestante. Foi com esse espírito que nasceu a ordem da *Companhia de Jesus*, que não foi criada apenas com fins educacionais, mas pouco a pouco a educação ocupou um lugar de destaque, ou até principal entre as suas atividades. O projeto de colonização das novas terras invadidas por espanhóis e portugueses estava embebido deste espírito da Contra-Reforma.

É apenas no século XVIII que aparece a proposta de uma escola sem religião, que era algo inédito na história. Os pensadores iluministas em sua maioria pensam uma escola livre e em termos políticos, a Revolução Francesa se incumbiu dessa realização. A educação começa a passar das mãos da Igreja para as mãos do Estado. Em 1763, os jesuítas são expulsos da França e é publicado um texto sobre a educação nacional que defende a educação laica e o ensino religioso restrito às igrejas. Essa laicidade era o moto da Revolução Francesa e o seu ilustre representante Condorcet, em 1792, publica em decreto o caráter laico da educação escolar e a necessidade da educação pública a

cargo do Estado. O ensino religioso deveria ser ministrado no âmbito dos diferentes cultos e a escola deveria dar uma educação moral racional.

Mas a laicidade só se tornou uma realidade concreta, pelo menos na França, depois de duras disputas políticas, econômicas e filosóficas entre Estado e Igreja no século XIX. No Brasil, até a década de 40, durante o Estado Novo, havia ainda clara ingerência da Igreja Católica na educação nacional.

Entretanto, será que o espaço institucional, criado pela escola laica, pública e gratuita, mantida pelo Estado, é garantia de liberdade de consciência e pluralismo ideológico? Uma fonte de leitura crítica dos interesses do Estado é o pensamento anarquista. Já em 1793, um ano após Condorcet ter publicado o seu decreto, um dos pais do anarquismo, William Godwin, escrevia um texto com o título *A Invetigação sobre a Justiça Política*, que falava sobre os males de um ensino a cargo do Estado. Ele acusa o papel ideológico do Estado e procura mostrar o quanto ele tem a firme intenção de colocar as massas a seu serviço. Dizia o pensador inglês:

“(...) todo o projeto nacional de ensino deveria ser combatido em qualquer circunstância pelas suas óbvias ligações com o governo, uma ligação mais temível do que a velha e muito contestada aliança da Igreja com o Estado. Antes de colocar uma máquina tão poderosa nas mãos de um agente tão ambíguo, cumpre examinar bem o que estamos fazendo. Certamente que o governo não deixará de usá-la para reforçar sua própria imagem e suas instituições.”
(GODWIN, 1998:255)

A assertiva de Godwin foi comprovada historicamente e não apenas nos Estados totalitários, que assumiram claramente o papel de formadores ideológicos dos cidadãos. Também nas democracias mais avançadas, a escola é ponto de âncora de interesses políticos, econômicos e sociais.

A hegemonia do materialismo

O banimento da religião da escola, porém, não foi apenas um ato que separou a Igreja do Estado e não teve apenas componentes de disputa de poder. Trata-se de um processo que está inserido no movimento cientificista que se desencadeou a partir do século XIX e precisa ser melhor analisado. Já o próprio Condorcet, entre outros iluministas, iniciou uma avaliação desvantajosa da religiosidade humana. Dizia que uma das características da sociedade futura, progressista e iluminada pela ciência, seria “a indiferença pelas religiões, enfim colocadas entre as superstições ou invenções políticas”.

(CONDORCET, 1988: 230) Mais tarde, Feuerbach entenderia a religião como um preenchimento de desejos humanos e Freud e Marx terminariam por lhe dar o golpe fatal, o primeiro entendendo-a como ilusão e o segundo, como fator de alienação social.^{1[1]}

Uma leitura atenta do século XIX nos permite hoje perceber, com o devido recuo histórico, que houve uma militância atéia e materialista que acabou por desqualificar a religião, e com ela qualquer filosofia que aceitasse a transcendência, como fonte aceitável de vivência, valores e conhecimentos, para instituir um dogmatismo cientificista, que nada tinha de científico, mas era antes ideológico. Nessa tomada de posse de uma nova hegemonia – a da ciência materialista – houve um gradativo silenciamento de outras correntes de pensamento, que sem necessariamente abdicar do método experimental, assumiam pressupostos espiritualistas, entendendo-se que sempre se tratam de pressupostos, porque hoje sabemos que a ciência jamais é puramente experimental, como parte de um paradigma vigente.^{2[2]} Podemos citar alguns exemplos desse processo do século XIX, começando por Marx e Engels: a partir da classificação do socialismo que propunham como científico (leia-se materialista) e o enquadramento dos outros socialismos como utópicos, que eram em sua maioria espiritualistas, estes últimos foram de certa forma desqualificados historicamente e ficaram obscurecidos. Quem hoje conhece Fourier ou Jean Reynaud, como se conhece Marx e Engels? O mesmo se deu com a teoria evolucionista. Ela é de autoria de Russell Wallace e de Charles Darwin. O primeiro era espiritualista e o segundo, antes religioso, tornou-se cético. Até hoje, o conflito entre evolucionismo e criacionismo permanece vivo e quase

^{1[1]} Há uma nuance entre o pensamento de Feuerbach, Freud e Marx. Para Feuerbach, a religião é uma projeção de ideais humanos, mas são ideais que devem ser mantidos e estimulados, abstraindo-os da falsa idéia de uma divindade. Já para Freud e Marx, embora para cada um por motivos diferentes, a religião tem um caráter claramente nocivo e deve ser combatida. Rousseau os teria criticado dessa maneira, como criticou os ateus contemporâneos seus: “Todos os povos da Terra conhecem e adoram Deus, e embora cada um o vista à sua moda, sob todas essas vestes diversas sempre se encontra um Deus. Um pequeno número de homens de elite, com as mais altas pretensões de doutrina e cujo talento não se limita ao senso comum, querem algo mais transcendente; não é isso que censuro neles, mas que partam daí para se colocar no lugar do gênero humano e dizer que Deus escondeu-se dos homens por que esse pequeno número não o vê mais; é nisso que penso que estão errados. Pode acontecer, concordo, que a torrente da moda e o jogo da intriga ampliem a força da seita filosófica e persuadam por um momento a multidão que não crê mais em Deus; mas essa moda passageira não pode durar, e como quer que se o conceba, com o tempo sempre será preciso um Deus para os homens.” (ROUSSEAU, 2002:74) Essa última previsão confirmou-se, porque apesar de toda a militância materialista, a cultura popular não abandonou a religião.

^{2[2]} Grande contribuição para o entendimento desta questão deu Thomas Kuhn, com seu célebre livro *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Hoje, o pensamento pós-moderno chegou a uma tal desconstrução do discurso cientificista, que acabou por desqualificar a própria ciência, considerando-a às vezes como um mero discurso, sem qualquer grau de certeza objetiva.

ninguém cita Wallace ou mesmo depois Bergson ou Chardin, como possíveis conciliações, mas o darwinismo tornou-se o evolucionismo oficial.^{3[3]}

Isso tudo nos leva a considerar que a escola laica, longe de ser um espaço de pluralismo e de discussão livre de idéias, tornou-se, além de seus atrelamentos políticos e econômicos, o instrumento ideológico da ciência oficial, portanto, materialista. É que tanto a escola religiosa, confessional do passado, quanto a escola laica, científica, sua sucessora, postulam uma prática pedagógica autoritária, em que o educando se torna depositário passivo de conteúdos *verdadeiros*, definitivos, fechados. Mesmo a escola anarquista, com toda a sua proposta de liberdade radical ainda tinha seus dogmas de militância atéia e até científicista, já que os grandes anarquistas, como o educador Francisco Ferrer ou o pensador Bakunin, também estavam convencidos, como herdeiros da ciência do século XIX, de que só ela chegaria a *verdades difinitivas*.

Por isso, a discussão a respeito do ensino religioso ou, como pretendemos aqui, inter-religioso, passa por uma crítica à própria escola e ao próprio ato de educar, como transmissão pura e simples de informações, conceitos e valores; passa por uma revisão do próprio conceito de ser humano e das finalidades da educação. E nesse extenso debate, invocamos algumas figuras também esquecidas da educação, por sua visão de que a transcendência é fator a ser considerado na educação do homem.

Os clássicos e a educação religiosa

A mudança do ensino confesional para o ensino laico teve um passo intermediário. Teve uma justa medida entre a educação submetida a um credo religioso de um lado e a educação anti-religiosa, do outro. Tivemos diversos autores que preconizaram uma educação religiosa não dogmática e livre do jugo deste ou daquele credo. Foi o que fizeram e propuseram Comenius, Rousseau e Pestalozzi^{4[4]} e alguns de

^{3[3]} A teoria da evolução das espécies já vinha sendo pesquisada por Russell Wallace, em paralelo e até antes de Darwin. Este recebeu do próprio Wallace a formulação da teoria e ficou perplexo diante do impasse ético que se criou: quem deveria apresentar a idéia primeiro? Os amigos de Darwin resolveram a questão entregando os dois trabalhos (de Darwin e Wallace) simultaneamente às sociedades científicas da época. Com o tempo Wallace permaneceu esquecido, por causa de suas posições espiritualistas. Outro silenciamento histórico neste sentido, ocorreu em relação ao espiritismo de Allan Kardec. Ver INCONTRI, Dora. *Pedagogia espírita, um projeto brasileiro e suas raízes histórico-filosóficas*. Tese doutorado, São Paulo, Feusp, 2001.

^{4[4]} Outros educadores e pensadores ao longo dos séculos pretenderam uma educação religiosa não confessional, entre eles, Fröbel, Natorp, Dilthey, James, Ferrière, Kerschensteiner, Dewey, Spranger etc...

seus descendentes. A idéia desses educadores está baseada numa concepção de que o ser humano é um ser transcendente e não apenas biológico e social e que a religião tem um importante papel na realização integral do indivíduo e em seu desenvolvimento cultural e social. A educação escolar deve ajudar a cultivar essa religiosidade intrínseca ao ser, não confessionalmente e de forma proselitista, mas sim de forma cultural, com valores, com crítica, despertando o respeito por todas as formas de religiosidade.

Na teoria desses clássicos da educação, o ser humano é visto como um ser transcendente, que possui uma alma imortal e por trás da realidade existe um Ser Superior que dá sentido ao mundo. Para eles havia algo a mais do que uma realidade biológica e social. Ocorre que esta metafísica não precisa necessariamente vir atrelada a um poder religioso institucional e nem a dogmas particulares de salvação e de dependência do homem em relação a classes sacerdotais. O ser humano tem uma dimensão religiosa que precisa ser educada e cultivada, mas pode ser um cultivo livre, sem o domínio deste ou daquele credo. A educação religiosa assim poderia se colocar numa perspectiva inter-religiosa, que considere a espiritualidade uma instância válida de realização humana, porém, respeitando as escolhas individuais, familiares e sociais em relação à forma com que essa religiosidade se manifesta.

Tanto Comenius quanto Pestalozzi não só propuseram quanto praticaram tal ideário. No Instituto de Yverdon, na Suíça, logo após a Revolução Francesa (e Pestalozzi era cidadão honorário do governo revolucionário) que declarara o ensino laico, a religiosidade fazia parte da proposta de educação integral e acontecia dentro desse espírito. Embasada no reconhecimento do homem como ser religioso e da capacidade inata e espontânea da criança para a religiosidade, Pestalozzi acolhia protestantes e católicos e cultivava a oração em conjunto, num culto ecumênico e praticava o diálogo aberto entre todos.

Um dos grandes líderes da escola nova, muito influenciado por Pestalozzi, definiria assim a proposta:

“Assim temos tido a satisfação de educar nossos filhos para a plenitude de seu ser, de inspirar-lhes um espírito reto e puro e de prepará-los para que sejam na vida homens completos e almas religiosas, no sentido mais elevado da palavra.” (FERRIÈRE, 1930:152)

Questões práticas

A alternativa dos clássicos, cujas idéias podem servir como terapia aos problemas contemporâneos^{5[5]}, pode ser atraente, mas por que seria a opção mais válida para o impasse entre a escola laica e a confessional? E como obter na prática um resultado de liberdade de consciência?

Em primeiro lugar, impõe-se uma dúvida: num ensino inter-religioso, que pretenda formar o ser humano para a religiosidade, ou pelo menos, permitir que ele se expanda neste sentido, haverá lugar para as concepções materialistas? Obviamente que sim. As críticas às religiões, as posições agnósticas ou claramente atéticas ou anti-religiosas, devem ser apresentadas igualmente ao aluno, na perspectiva de pluralismo ideológico que a educação deve ter (e nunca teve). A validade da proposta inter-religiosa se mede pelo absoluto respeito à diversidade de posições, pelo honesto debate em torno de todas as correntes e pela convicção de que o educando tem o direito de pensar por si mesmo, quando confrontado por diversos pontos de vista. Além disso, justifica-se essa proposta pelo fato de respeitar de saída a religiosidade do ser humano, como algo a ser estudado e cultivado, sem simplesmente descartar milhares de anos de história de vivências e de crenças.

A liberdade de crença e expressão deve ser a convicção mais profunda de qualquer educador, muito mais daquele que deve interagir com um tema tão pessoal e íntimo, como a escolha de uma determinada fé ou a ausência dela.

Tanto a escola confessional, quanto a escola laica que se tornou porta-voz da ciência materialista, são dogmáticas, porque tradicionalmente, a escola tem sido o lugar das verdades prontas e da imposição de conhecimentos fechados. Trata-se pois de permitir a discussão na escola, abrindo ao educando acesso a todas as formas de interpretação da realidade. Os dois perigos a serem evitados aí é o do dogmatismo e o do relativismo. O primeiro doutrina dentro de uma determinada ideologia, seja religiosa ou anti-religiosa; o relativismo faz proselitismo da idéia de que nada tem valor intrínseco e portanto não há possibilidade de convicções e verdades. Como diria Feyerabend, um dos papas do pós-moderno: "A própria verdade é um termo retórico." (HORGAN, 1999:72)

^{5[5]} Ver a respeito INCONTRI, Dora. A crise do saber e os clássicos da educação (In *Revista Internacional d'Humanitats*. Barcelona, São Paulo: USP/ Univ. Autònoma de Barcelona, V.6, 2003 - <http://www.hottopos.com/rih6/index.htm>)

O educador não pode passear no vácuo do nihilismo contemporâneo, sob pena de perder a própria finalidade da educação, que é a de realizar o ser do homem. Esvaziado o ser, considerado como um nada, o indivíduo pode ser muito mais facilmente instrumentalizado pelas estruturas de poder.

Mas qual deve ser a posição do professor? Que professor seria capacitado para tão delicado desafio? O professor de ensino inter-religioso mais indicado é o que aceita a veracidade do fenômeno religioso e não o vê como ilusão ou alienação (embora possa fazer críticas a fatores alienantes e ilusórios das religiões), é o que sabe respeitar com sinceridade outros credos que não o seu, reconhecendo o direito dos educandos de escolher o seu próprio, enfim, o que não procura doutrinar os alunos dentro de suas concepções, embora por uma questão de honestidade e coerência, possa dizer quais são elas.

O grande medo de se tocar no tema das religiões na escola é o do proselitismo, da discriminação e da doutrinação dentro de uma determinada corrente, seja a do professor, da escola, do Estado, de grupos que venham interferir neste processo.^{6[6]} Mas a ausência do estudo das religiões não garante a ausência de proselitismo ideológico. O professor de Biologia, ao dar a matéria sobre evolucionismo e citar apenas a posição claramente anti-criacionista, também está doutrinando...

A resposta é transformarmos a escola num local de verdadeira liberdade de pensamento e de verdadeira construção do conhecimento. As visões de mundo das religiões entram então, de forma natural, fazem parte do debate diário. O dia em que a escola for de fato um lugar onde se aprende a pensar e onde não se engolem verdades prontas, toda essa discussão deixará de ter sentido.

Trata-se de achar o que é comum, respeitando a diversidade, dentro de um espírito de plena liberdade:

“O momento histórico em que vivemos nos solicita para uma abertura com relação às culturas e religiões diferentes da nossa, não só para satisfazer um interesse cognitivo e uma espontânea curiosidade, mas também para estabelecer comparações e estreitar os laços, a fim de realizar, quem sabe, uma união da humanidade além das diferenças.”
(BELLO, 1998:169)

Referências bibliográficas:

^{6[6]} A realidade de tais perigos foi recentemente comprovada pela lei aprovada no Estado do Rio de Janeiro, que permite, pagos pelo Estado, a presença de grupos confessionais dentro da escola pública. Essa lei foi aprovada pela pressão dos evangélicos.

- BELLO, Angela Ales. *Culturas e religiões*. Bauru, Edusc, 1998.
- CONDORCET. *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain*. Paris, Flammarion, 1988.
- FERRIÈRE, Adolfo. *Problemas de la Educación*. Madri, Francisco Beltran, 1930.
- FRANCA, Leonel. *Ensino religioso e ensino leigo*. Rio de Janeiro, Schmidt Editor, 1931.
- GODWIN, William. Os males do ensino nacional. In WOODCOCK, George. *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre, LPM, 1998.
- HILLGARTH, J.N. *Cristianismo e Paganismo, 350-750 – A conversão da Europa Ocidental*. São Paulo, Madras, 2004.
- HORGAN, John. *O fim da ciência*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- INCONTRI, Dora & BIGHETO, Alessandro. Ensino religioso sem Proselitismo. É possível? (In: *Videtur*, Salamanca/São Paulo, Arvo/USP, V. 13, 2002). www.hottopos.com/videtur13/dora.htm
- INCONTRI, Dora & BIGHETO, Alessandro. O ensino inter-religioso, como fazer? (In: *Revista Mirandum*, Porto/São Paulo, Universidade do Porto/USP, V. 15, 2003, www.hottopos.com/mirand15/dora.htm)
- INCONTRI, Dora. A crise do saber e os clássicos da educação (In *Revista Internacional d'Humanitats*. Barcelona, São Paulo: USP/ Univ. Autònoma de Barcelona, V.6, 2003 - <http://www.hottopos.com/rih6/index.htm>)
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo, Perspectiva, 1997.
- LUZURIAGA, Lorenzo. *História da Educação e da Pedagogia*. São Paulo, Editora Nacional, 1975.
- MONDIN, B. *Quem é Deus?* São Paulo, Paulus, 1997.
- PESTALOZZI, Johann Heinrich. *Cartas sobre Educación Infantil*. Madri, Editorial Tecnos, 1996.
- READ, Herbert. O anarquismo e o impulso religioso. . In WOODCOCK, George. *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre, LPM, 1998.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Escritos sobre a religião e a moral*. Campinas, IFCH/Unicamp, 2002.
-